



SEM-LUGARES, NÔMADES E DESLOCADOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

**Non-places, nomads and displaced
people in the contemporary city**

DOI 10.29327/2797743.2.1-2

RESUMO

Este artigo procura refletir sobre o espaço dos sem-lugares na cidade contemporânea, indivíduos que não se enquadram em uma cadeia produtiva e, por isso, não são considerados cidadãos. Vivem como esmolares, desenvolvendo artimanhas para sobreviver. O texto aborda outras categorias de sem-lugares, como os nômades urbanos, indivíduos que, devido à perda de uma situação econômica estável ou outras circunstâncias, acabam na rua, como um errante urbano. Fala também dos deslocados internos, obrigados a deixar suas regiões de origem em busca de melhores condições de vida e dos refugiados, que abandonam seus países por conta de conflitos ou perseguição política. Essas categorias têm em comum o fato de darem sentido aos espaços vazios da cidade, trazendo à luz sua parte inadequada e esquecida, como objetivo. O método empírico foi o mais apropriado para a análise desses lugares e sua ressimbolização, já que coloca o observador em relação direta com o objeto da pesquisa, por meio de uma análise mais subjetiva, ou cuja apreensão dos fatos se dá, também, por meio de aspectos afetivos, ou dos sentidos.

Palavras-chave: Sem-lugares. Nômades urbanos. Deslocados. Cidade contemporânea.

Antonio Soukef Júnior

Universidade Federal de Pelotas

Email: asoukef@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0001-7401-5916

Antonio Busnardo Filho

Centro Universitário de Várzea Grande, MT

Email: antbusnardo@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0001-8454-1135

Helena Napoleon Degreas

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Email: hdegreas@gmail.com

Orcid: orcid.org/0000-0002-0929-2551

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the space of the no-places in the contemporary city, individuals who do not fit into a production chain and, therefore, are not considered citizens. They live like alms, developing tricks to survive. The text addresses other categories of placeless, such as urban nomads, individuals who, due to the loss of a stable economic situation or other circumstances, end up on the street like an urban wanderer. It also speaks of internally displaced persons, forced to leave their regions of origin in search of better living conditions and refugees who leave their countries due to conflicts or political persecution. These categories have in common the fact that they give meaning to the city's empty spaces, bringing to light its inadequate and forgotten part, as an objective. The empirical method was the most appropriate to analyse these places and their re-symbolization, as it places the observer in a direct relationship with the research object, through a more subjective analysis, or whose apprehension of the facts also takes place through affective aspects, or of the senses.

Keywords: Non-places. Urban nomads. Displaced. contemporary city.

COMO UMA INTRODUÇÃO...

La rue, que je croyais capable de livrer à ma vie ses surprenants détours, la rue avec ses inquiétudes et ses regards, était mon véritable élément j'y prenais comme nulle part ailleurs le vent de l'éventuel.
(André Breton, Les pas perdus, 1969)

Inspirado por Robert E. Park, que compreendeu a cidade como um espaço de reflexão sobre o cidadão, por meio de seu comportamento e de suas ações no espaço urbano – suas relações com o espaço da cidade –, leva a um olhar empírico, que considera a aquisição do conhecimento advinda da experiência prática, isto é, da experimentação e da experiência, por meio das vivências e apreensões dos sentidos. Essa forma de envolvimento com o espaço urbano aproxima o pesquisador do objeto pesquisado, à medida que o coloca em relação direta com o próprio objeto pesquisado, no caso, o meio urbano. E, por tal fato, o que se propôs entender e ter como objetivo de análise, foi a utilização dos espaços que não “couberam” nos projetos urbanos e que ficam como pequenos “retalhos”, algumas vezes denominados de praças – um local com vegetação e, talvez, uns bancos, mas sem qualquer possibilidade de uso, somente um preenchimento –, e, também, a ressimbolização, mesmo que momentânea, desses espaços, quando utilizados pelos sem-lugares.

Talvez, a maior dificuldade da contemporaneidade, tão móvel, tão fluida, tão efêmera, na sua constituição, seja compreender que as aparências da permanência se diluíram na necessidade da vivência de um novo mundo e de outras experiências que tirem os seres humanos de uma mesmice existencial. Tudo é muito cansativo nesse novo mundo chato. Tudo é muito previsível, contado, descrito e calculado. E assim pretendem que seja a cidade, que pertence a todos, mas não é de ninguém. Pretendem uma cidade como direito do proprietário e do empresário, com caminhos demarcados e calculados para um menor contato com o espaço urbano. Querem uma cidade previsível, como uma maquete, onde tudo é possível antever – como aquelas engenhocas que se movimentam por meio de engrenagens e coisa e tal; com alguns bonequinhos para enfeitar e dar um “ar” realista. Que cidade é esta? Não é a que a maioria dos cidadãos conhece e vive. A cidade do cotidiano é a cidade do trabalho, de uma única e explícita função. É a cidade do empreendimento e dos negócios. Os cidadãos, por mais que trabalhem e corram atrás de suas sobrevivências, pensam uma cidade do lazer, e um *laissez-faire* – no sentido mais amplo do seu significado, principalmente, o econômico –, que permita uma liberdade econômica, não atrelada, totalmente, aos sistemas políticos e nem às amarras de um capitalismo perverso. O cidadão que dá vida à cidade pensa em um espaço para o ócio – o *dolce far niente* –, que permita a troca de experiências, as conversas despreocupadas, e os olhares evanescentes para as efemeridades do dia a dia. Somente nos espaços das calçadas e das ruas, no momento em que se chega do trabalho para o descanso, na conversa de final de tarde nos botecos; enfim, apreender a eventualidade trazida pelo vento, conforme a epígrafe.

A eventualidade permite o reconhecimento de dois tipos de cidadãos: o homem de bem (como se convencionou chamar), aquele que trabalha e que tem na rua um espaço de travessia, um espaço mal olhado e mal vivido. O homem de bem considera a rua como o pior lugar para se viver, atribuindo-lhe todos os tipos de sordidez e perigo. Seus filhos, crianças de bem, desconhecem a intensidade das ruas, porque somente os desvalidos e os vagabundos, aqueles que não produzem e, conseqüentemente, “não prestam”, vivem nas ruas. As pessoas de bem se esquecem de que muitas pessoas mantêm suas famílias trabalhando nas ruas, que existem

pessoas que vivem dos trabalhos das ruas, que existem crianças que têm a rua como único lugar para se divertir, e que, conseqüentemente, a rua é o espaço democrático das manifestações populares, das manifestações políticas e, enfim, é o local daqueles que lutam por uma sociedade mais equânime. Quem nunca foi às ruas para lutar por direitos humanos também não conhece a intensidade histórica das ruas, a profundidade de suas memórias, visto que as mudanças sociais aconteceram e acontecem nas ruas.

Todos esses ensinamentos vêm das ruas, trazidos pelas eventualidades dos ventos. São as intempéries das ruas que mostram a fragilidade do ser, no tempo. O que passa pelas ruas, não é somente o tempo, mas as histórias das pessoas que vivem nela, que a habitam e criam rastros em seus espaços. O cidadão conhece a rua, porque inscreve nela sua história; os outros, os homens de bem, morrem sem memória, ou melhor, com a memória inscrita nos seus apartamentos e casas, como se fossem túmulos protegidos dos perigos externos – assim, já morreram há tempos.

A rua cria as suas comunidades e ensina aos seus habitantes – moradores e pessoas em condição de rua, trabalhadores, etc. – o compartilhamento; que supre as necessidades cotidianas. Para os moradores de rua, a rua os protege quando eles se expõem; quando dormem em lugares mais abertos, visíveis e iluminados. A rua é assim, todos os lugares servem para as funções de um lar. Todos os lugares, por mais esquecidos, abandonados e sombrios têm o seu aconchego. Muitas vezes, esses lugares não são percebidos pelo cidadão comum, que se desloca rotineiramente de casa ao trabalho e, eventualmente, para algum tipo de lazer. A falta de observação por onde andam e das características dos trajetos transforma todo o espaço da rua em meros locais de passagem; esses nômades contemporâneos não reconhecem e nem vivenciam seus trajetos; não apreendem a cidade como uma rede de conexões de lugares e de vivências coletivas; não entendem a cidade como espaço comunitário. Essa descoberta cabe aos “desvalidos”, aos desqualificados e homens de rua... aqueles que não têm para onde ir, senão para um outro lugar – outra rua - da cidade; sempre um deslocamento sobre a região geográfica da cidade; no fundo, sempre traçados psicogeográficos desconhecidos. Os deslocados e desvalidos constroem lugares por onde passam e habitam, mesmo que por tempo ínfimo. As pessoas de bem constroem espaços pontuais – moradia, trabalho, lazer -, e eternizantes. A rua mostra a oscilação ente o móvel e o estável que organiza a sociedade urbana e a vida da cidade – alguns vivem a certeza da rotina e do padrão, do previsível; outros, a incerteza do lugar e a instabilidade do cotidiano. A relação do indivíduo e sua cultura e idiosincrasias com a comunidade, o poder de transformação do espaço urbano pelo hábito e pelo uso, e a inserção de sentimentos peculiares, que transformam uma simples expressão geográfica que revela sentimentos, tradições e história comunitária; que transformam a cidade de um “mecanismo físico” em um “produto da natureza” humana, esta fundada nas ideias de Robert E. Park (1864-1944), senão explicitamente, implicitamente, como inspiração; o seu empirismo (Figura 1).

Figura 1- A transformação do espaço urbano pelo hábito e pelo uso.



Fonte: Felipe Roth, 2017.

PENSANDO O ESPAÇO URBANO: BREVE REFLEXÃO

A movimentação, nas cidades contemporâneas, das pessoas que se deslocam de suas casas para o trabalho, cotidianamente, ou para algum tipo de lazer, eventualmente, formam um tipo novo de nômades (Maffesoli, 2001), que não observam os lugares por onde passam, senão como caminhos de ida e volta, de uma rotina interminável. São cidadãos produtivos, que criam alguns lugares (Augé, 1994) - local de trabalho e a própria residência -, como porto seguro de suas vivências. Esses cidadãos vivem a certeza de sua rotina e pensam que este é o padrão ideal de vida. Qualquer comportamento que não siga, ou que não defina um padrão é um desvio; conseqüentemente, um erro. Assim, vivemos dentro de um padrão socioeconômico culturalmente construído, dentro de um posicionamento ideológico-político das classes que lideram. Somos todos enquadrados e igualados por um comportamento esperado - até em nossos deslocamentos, que são calculados em tempo. Qualquer atraso é passível de ser entendido como uma ruptura no padrão.

Dentro desta forma de comportamento, as cidades definiram o conceito do urbanita, de cidadão e de trabalhador urbano. O local que, por excelência, deveria ser o espaço de uma comunidade (Bauman, 2003) tornou-se um lugar de criação de iguais, um espaço de homogeneização da vida. O ritmo da cidade é uma constante movimentação repetitiva e monótona, com alguns momentos de alteração, que se repetem com a mesma constância - os horários de picos do trânsito, por exemplo.

A partir desta racionalidade, no período de predomínio do Movimento Moderno, o planejamento urbano foi pensado como uma forma de organização espacial que setoriza a cidade e define o ritmo de cada setor, ou área. E as pessoas, no ritmo de um fluxo migratório interno, se deslocam numa dinâmica rotineira de trabalho e descanso. Daquilo que se propõe

como ideal moderno, o lazer não aparece, não é levado em consideração. A vida tem que ser real, para ser produtiva.

Esta forma de espacialização produtiva do urbano conseqüentemente gerida por interesses econômicos, no âmbito da setorização, ampliou-se ainda mais, quando permitiu que o solo urbano fosse investido de valor comercial de compra e venda, transformando-o tanto em mercadoria de consumo, quanto em moeda de troca. Ao valor do bem-estar da comunidade sobrepuja-se o valor do comércio. As pessoas que não podem pagar o valor do solo de uma determinada região urbana mais centralizada, ou mais bem localizada, e com infraestrutura, cada vez mais, são deslocadas para as periferias da cidade, para a periferia da periferia. Contudo, continuam trabalhando nos centros consolidados. É preciso dizer que o ritmo da cidade não muda, o que muda é o ritmo de vida dos moradores da periferia. Nesta dinâmica capitalista do valor do solo urbano e dentro das setorizações da cidade surge uma divisão social marcante e determinante na organização do espaço urbano, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres (Secchi, 2013). Mumford (1982) mostra o descaso do capitalismo em relação ao passado, diante de um sucesso pecuniário – o passado é fato consumado, e o futuro, uma nova possibilidade de empreendimentos lucrativos,

Assim mesmo com as novas ideias no negócio, resultaram – gradativamente, após o século XVI, rapidamente, após o XVIII – na supressão e destruição das guildas, assim também essas novas ideias trouxeram a demolição de velhas edificações e o apagamento dos campos de jogos, jardins de mercado, pomares e aldeias que se interpunham no caminho do crescimento da cidade. Não importa o quanto pudessem ser veneráveis aqueles velhos usos, ou quanto fossem salutar para a existência da própria cidade, eram sacrificados ao tráfego rápido ou ao ganho financeiro. (Mumford, 1982, p. 449).

Na organização dos espaços urbanos, algumas áreas, pela legislação, são destinadas a praças, jardins, parques, etc. – locais que têm, na sua origem, o sentido de reunião, locais que servem para congregar pessoas e facilitar tanto a socialização como a sociabilidade (Maffesoli, 1984). Historicamente, estes locais serviam para a comunicação de eventos sociais, para que os cidadãos decidissem sobre temas que envolviam o destino da cidade: nas praças eram anunciadas as guerras, os casamentos, as visitas reais e praticadas as execuções de condenados. Geralmente, as praças se confundiam com o átrio das igrejas, ou eram as áreas preferidas para a construção das moradias e palacetes dos mais influentes da cidade. Este vazio dentro do espaço urbano era fundamental para a organização social da comunidade.

A PRAÇA E A CIDADE

A praça sempre ocupou um lugar de destaque na cidade. Sempre foi considerada o princípio organizador do espaço urbano. Era a partir das praças que as cidades se organizavam. Esse vazio instituído é pleno de significados e de simbolismos. Pode-se considerar um espaço arquetípico das cidades. Nas praças os eventos aconteciam e a população tomava conhecimento dos acontecimentos mais importantes da cidade. Na Grécia antiga, a Ágora era o espaço, por excelência, da palavra: onde todos os cidadãos podiam se manifestar e onde as decisões políticas eram discutidas. Na cidade romana, era o Fórum que tinha essa importância. As festas localizavam-se nas praças. As trocas simbólicas e a sociabilidade, também. O futuro das cidades era definido nas praças, nas cidades antigas até as medievais. A praça era um vazio no espaço densamente edificado das cidades; um vazio conformado por prédios institucionais e religiosos, além das casas dos nobres. Eram as praças que davam o sentido de pertencimento aos cidadãos, pois era na praça que eles participavam da vida pública; conseqüentemente, só era “cidadão” aquele que participava dos acontecimentos nas praças. Mesmo sendo um vazio na malha urbana, desde os primeiros

assentamentos humanos esse espaço é reconhecido como um local de organização e acontecimentos que dizem respeito aos moradores de tal agrupamento. Esse vazio mantém a sua importância até hoje, mesmo que sua função, às vezes, por um desvio prático, mude. A praça, por mais que tenha mudado o seu sentido na história, não perdeu seu sentido de espaço de congregação dos cidadãos. É (ou ao menos deveria ser) o local em que a população se reuniria para uma convivência mais próxima, que permitisse uma maior troca de experiências entre os cidadãos.

A forma de ocupação varia, mas o sentido arquetípico não desaparece. A praça, ou vazio urbano, polariza o sentido do público e do privado, à medida que organiza o privado a partir do público, isto é, ao se reconhecer o outro nos eventos público, reconhece-se a si mesmo como indivíduo que se destaca e compõe a coletividade.

Essas características da praça, enquanto espaço de convivência, diluem-se, na cidade moderna, numa imensidão urbana e caótica, às vezes tendo a dimensão de uma país, enfraquecendo a coisa pública – *res publica* –, os interesses, as informações e acontecimentos da população.

Hoje, estes espaços perderam sua função social primeira, por não serem usados pela população, como foram nas cidades antigas. Há um medo entranhado nas pessoas, que as afasta dos espaços livres e abertos. Os namorados, os idosos, os pais que levavam seus filhos para brincar nas praças e jardins, já não frequentam estes lugares; na cidade contemporânea, são relatos do passado, histórias contadas pelas memórias deixada pelo local.

As praças e jardins se transformaram em refúgio para moradores de rua, drogados e pequenos infratores. Foi o espaço que a organização urbana deixou para estes desvalidos. Por mais que esta organização queira padronizar comportamentos, a cidade é o local da diversidade e das diferenças; é o local onde o ser humano deve aprender a viver e conviver com o Outro, o estranho, com os invisíveis – que incomodam a classe dos trabalhadores normais.

Esses indivíduos, que são assemelhados a “restos” sociais – aqueles que não se enquadram numa cadeia produtiva, e por isso sobram, não são considerados como cidadãos que têm direito aos espaços urbanos, a um pedaço de chão, já que não podem comprá-lo, e nem mesmo alugá-lo, sem lote, sem pagamento de IPTU, sem direito à cidadania. Esses cidadãos estão abaixo da linha de pobreza, vivem em estado de miserabilidade, são empurrados para as áreas mais centrais da cidade em busca de sobrevivência, encontrando, nos cruzamentos e nos semáforos, o seu posto de “trabalho”. São esmoleres de mil histórias e artimanhas. Desenvolvem uma criatividade de sobrevivência, e alguns até fazem pequenas crônicas urbanas. São pessoas que se deslocam constantemente; não têm ponto fixo. Alguns vivem próximos aos “seus” cruzamentos, nas reentrâncias dos prédios, e outros armam barracas de plástico, papelão, ou com qualquer sobra de material para se protegerem e resguardarem ao mínimo a sua privacidade. Esses são os “sem-lugares”. Formam um pequeno grupo e não permanecerão juntos por muito tempo; mas, enquanto estiverem juntos, serão solidários na sua miséria, compartilharão o mínimo que conseguirem angariar. Esse compartilhamento, esse convívio temporário dá força e proteção ao grupo. É possível dizer que eles formam uma comunidade momentânea, em um arranjo que se desfará, pelos mais variados motivos.

O crescimento das cidades, nas suas necessidades capitalistas, não soube acolher estes indivíduos que, como último recurso de sobrevivência, ocupam espaços livres da cidade, as praças e jardins – quando estes espaços não são cercados –, mudando sua função, que, de lazer e ócio contemplativo, tornam-se áreas de moradia. Do vazio urbano à área de moradia, estes espaços são investidos de experiências e vivências por um determinado tempo, tornando-se

lugares. E aí reside o paradoxo: a vivência dos “sem-lugares” torna o “não-lugar” em lugar, como alguns exemplos encontrados na cidade de São Paulo, como na praça em frente à Caixa d’Água, no bairro da Vila Mariana; na praça ao lado do Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC no centro, e nos baixios do viaduto Humaitá – locais visíveis de “paragem” dos sem-lugares paulistanos.

A cidade conforma uma espécie de cidadão, que se desenvolve historicamente, desempenhando papéis condizentes com as funções urbanas e de acordo com a cultura do grupo que detém o poder; a estes, os seus lugares estão garantidos; aos outros, que, por força de uma situação socioeconômica, transgridem a ordem, resta-lhes o que sobra dos espaços densamente ocupados, que adquirem um multiuso, e, conseqüentemente, múltiplas funções – e multos significados.

Esses lugares deveriam ser – como numa partitura musical – pausas que compusessem a malha urbana, mas, não são mais do que buracos no tecido que forma a cidade. São desprovidos de significados porque são espaços residuais reaproveitados, onde se faz um pretense paisagismo para mascarar um vazio de uso na malha urbana. São espaços que procuram recompor outros espaços, ou usos, como as avenidas de fundo de vale que passam sobre córregos canalizados. Nesses espaços só há vida quando são tomados pelos “sem-lugares”, caso contrário, há somente um fluxo desenfreado de trânsito. São como “feridas”, ou melhor, cicatrizes no corpo da cidade (Figura 2).

Figura 2 – Espaços de lazer tornam-se lugar de moradia.



Fonte: Felipe Roth, 2017.

NÔMADES URBANOS

O deslocamento de pessoas pela cidade, provocado pela situação econômica em consequência da perda de emprego, por exemplo; ou pelo vício, que arrasta o indivíduo à condição de miséria, ou por qualquer outra circunstância que o leva para as ruas, fazendo-o deixar casa e família, transforma-o em um errante urbano, em um indivíduo sem-lugar, que,

junto a outros em situação semelhante, procuram os vazios da cidade para se acomodarem temporariamente. Quando estabelecidos, vivem de esmolas e pequenas doações. Geralmente, estão próximos a semáforos ou avenidas. A rua e o trânsito são suas fontes de sobrevivência. Talvez, sem que percebam, esses errantes estejam descrevendo a essência da estrutura social, conforme Maffesoli (2001), para quem a errância.

É o desejo de rebelião contra a funcionalidade, contra a divisão do trabalho, contra uma descomunal especialização a transformar todo mundo numa simples peça da engrenagem mecânica industrial que seria a sociedade. Assim, exprimem o necessário ócio, a importância da vacuidade e do não-agir na deambulação humana. (Maffesoli, 2001, p. 32-33).

Esses indivíduos representam a outra face do cidadão e dão a dimensão arquetípica da evolução psíquica, social e cultural do ser humano. Esses indivíduos são representações simbólicas do que deveria ser, num estado ideal. Se a errância é arquetípica e essencial a qualquer estrutura social, ela é, também, uma forma estética de perceber a cidade (Careri, 2013). Em ambas as situações, o deslocamento desvela a força do ócio, “com tudo aquilo que a moral econômica chamará de ‘vícios’ que lhe são ligados” (Maffesoli, 2001, p. 33). É senso comum que o polo oposto ao trabalho é o lazer, que, em seu extremo, pode levar a um hedonismo; mas, no caso dos sem-lugares, como perceber essa oposição entre trabalho e lazer e esse estado hedonista? É fato, também, que, ao pedir qualquer tipo de ajuda, essas pessoas não reclamam da vida e nem chantageiam, como os mendicantes profissionais, que sempre contam uma história triste como forma de provocar piedade. Na aceitação de sua situação está o sentido hedonista e, no deslocamento necessário e na forma de ocupação compartilhada do espaço, a ação estética. Esses indivíduos ocupam o espaço como uma intervenção urbana. E assim, deslocam-se produzindo arte sem sequer desconfiar. Lamentável é a percepção restrita do outro polo, o do trabalhador, para quem os sem-lugares não são senão um bando de vagabundos e viciados.

O que incomoda a sociedade produtiva e trabalhadora não é a situação econômica desses andarilhos urbanos, mas a sua presença que aponta o medo do deslocamento social, da mobilidade social do trabalhador “honesto” e “estabelecido”. Os sem-lugares mostram à sociedade urbana os espaços improváveis como lugares para se viver e, acima de tudo, mostram a fragilidade de qualquer situação socioeconômica. A mobilidade é contrária ao estabelecido. Simultaneamente, esses indivíduos que se deslocam sem lugar específico pela cidade, servem de contraponto à normalidade e ao sucesso dos indivíduos estabelecidos, são a representação de seus sucessos. Esses sem lugares não são exatamente vagabundos, já que a dinâmica da cidade grande não os enquadra em suas ofertas de trabalhos, por vários motivos, mas, principalmente, por despreparo intelectual; assim, há uma excentricidade no comportamento desses indivíduos, como diz Park (1973, p. 63), numa aldeia esses indivíduos viveriam isolados, mas,

Na cidade, muitos desses tipos divergentes encontram um meio no qual, para o bem ou para o mal, suas disposições e talentos dão frutos.

Na investigação desses tipos excepcionais e temperamentais que a cidade produz, deveríamos procurar distinguir, na medida do possível, entre as qualidades mentais abstratas em que se baseia a excelência técnica e as características inatas mais fundamentais que encontram expressão no temperamento.

Esses excêntricos podem se aproximar do que fala Maffesoli (2001), como o bárbaro, que perturba a quietude do sedentário. Há no deslocamento do “bárbaro” uma “soberania sobre a própria vida” (idem, p. 44). A cidade é estruturada a partir de um desejo irreprimível de estar junto, instituindo um território, que pode ser qualquer lugar, e assumir diversas formas – “pode ser um lugar sagrado, uma igreja, um mercado, um castelo ou outros lugares de sociabilidade” (Maffesoli, 1984, p. 60). A cidade é, portanto, enquanto um local de sociabilidade, um “indutor existencial” (J. Ladrière *apud* Maffesoli, 1984, p. 61). Assim, qualquer ato do cotidiano banal constrói uma ambiência (e, para lembrar G. Durand, 1990, um *décor mythique*), possibilitando sociabilidades. O que se pode pensar, antes a quietude do sedentário, é a sua inépcia para produzir lugares; como diz Careri (2013), “o caminhar produz lugares (...) antes dos menires, a única arquitetura simbólica capaz de modificar o ambiente era o caminhar, uma ação que, simultaneamente, é ato perceptivo e ato criativo, que ao mesmo tempo é leitura e escrita do território” (Careri, 2013, p. 51). Para os autores citados, o deslocamento remete a uma dimensão mais ampla da percepção do espaço urbano, uma dimensão da construção de um imaginário – um sistema polarizado entre as intimações biopsíquicas da natureza humana e as repressões históricas, sociais, culturais; um trajeto antropológico, que se vale de esquemas (*schèmes*) míticos, para a compreensão filo e ontogenética do ser humano (Durand, 1989) - que polariza com a práxis e a racionalidade com que se pensa o espaço urbano, e esses andarilhos sem-lugares são os instituintes desse imaginário, entendidos pelo pensamento produtivista e pragmático como os desnecessários, a parte inútil da sociedade; no entanto, eles dão o tom do progresso da cidade e apontam para os excessos do cotidiano do trabalho. São eles que revelam a realidade não visível na cidade (Careri, 2013, p. 83). São eles que, na sua deambulação, semelhantes aos surrealistas, desvelam “as zonas inconscientes da cidade, aquelas partes que escapam ao projeto e constituem o que não é expresso e o que não é traduzível nas representações tradicionais” (Careri, 2013, p. 83). Semelhantes aos surrealistas, mas sem o propósito dos mesmos; seus propósitos são diferentes, procuram apenas um lugar para se estabelecerem por um curto período de tempo. Não fazem uma deambulação estética e nem lúdica, é somente um deslocamento coletivo, ou que se coletiviza a partir do momento do primeiro estabelecimento. É possível dizer que os sem-lugares registrem uma psicogeografia (ou uma geografia sensível) do espaço urbano, ao instigar uma outra leitura do espaço urbano, inserindo o ocasional, o inesperado, por estarem em um determinado lugar em um dia, e no outro não. Esta inconstância do estar, tira do cidadão comum a certeza da rotina cotidiana, dando uma insustentabilidade ao real, quando tido como constante. Os sem-lugares polarizam as certezas da cidade e, para os mais “duros” no sentir, transformam os espaços em lugares duvidosos, até perigosos. Mas os espaços que eles ocupam são pouco, ou nada, ocupados pelos cidadãos “normais”, por serem os “restos” mal-arranjados de projetos urbanos, pequenas “praças” em cruzamentos de avenidas, onde o fluxo dos carros não permite que se estacione ou que se sente para um descanso tranquilo, para a contemplação da natureza ou para o mais banal, uma conversa com o outro, num procedimento de trocas sociais, de construção de narrativas e estórias de vidas.

E OS DESLOCADOS?

Pensar os sem-lugares como deslocados pode causar uma certa confusão com o que é definido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, para as Pessoas Deslocadas Internamente. Em 1951, a Convenção das Nações Unidas definiu quem são os refugiados e estabeleceu os direitos e deveres deles e os dos países que os acolhem. Foi uma maneira de minorar os males da Segunda Guerra. Com o tempo, novas situações geradoras de conflitos e perseguições fizeram crescente a necessidade de colocarem novos fluxos de refugiados sob a proteção da Convenção; um protocolo que tratava do Estatuto dos Refugiados foi submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966 (Resolução 2198, 16

de dezembro de 1966). Após sua assinatura pelo Presidente da Assembleia Geral e o Secretário-geral e a transmissão aos governos, entra em vigor em 4 de outubro de 1967. Estes documentos garantem que qualquer pessoa em necessidade possa procurar e receber refúgio em outros países.

Os refugiados são pessoas que se deslocaram de suas casas e países por várias razões, a principal é a violência – guerras internas, lutas étnicas, questões religiosas, etc. -, ou por questões ambientais, como abalos sísmicos e desastres naturais. Esses acontecimentos geraram também o que se denomina como Pessoas Deslocadas Internamente (PDI), que deixam suas regiões, cidades, casas, à procura de melhores condições de vida. Aqui, cabe a questão econômica, a falta de emprego e situações assemelhadas, e lembrando, a violação dos direitos humanos. Os deslocados internos têm as mesmas condições que os refugiados, só não atravessaram as fronteiras de seus respectivos países em busca de proteção, continuando sob o resguardo de seu próprio Estado. A exemplo do deslocamento interno e de seus números, a ACNUR (2020) aponta a “Colômbia, país com o maior número total de deslocados internos registrados, 7,4 milhões. Uma situação mais fluida se apresenta na Síria e no Iraque, ambos com populações grandes e flutuantes de deslocados internos.”

Percebe-se que o deslocamento interno é uma condição atual dos países em desenvolvimento, principalmente, marcado por questões sociopolíticas e ambientais, e os que se deslocam são os que pertencem às classes mais sofridas da população, os que têm menos poder aquisitivo e condições de se manterem em suas regiões. Os deslocamentos são, cada vez mais, internos, isto é, dentro do próprio. Esse fenômeno pode ser percebido nas grandes cidades, com o fluxo ocorrendo em direção à periferia ou, no caso daqueles que já se encontram em situação de rua ou que já perderam todas as suas referências, vagando pelos centros à procura de sobrevivência, por mais parca que esta seja. Esses deslocados entregam-se a deslocamentos que lhes propiciem eventuais possibilidades de viver em “seus” espaços. Atrélam a todas as razões do abandono da vida “segura” a falta de oportunidade ao trabalho, por desconhecimento de novas tecnologias e por excesso de especialização da vida contemporânea. Uma das catástrofes dos países emergentes é o descuido com a educação, a falta de políticas educacionais eficazes e a falta de políticas públicas que priorizem a adequação das pessoas às exigências atuais das formas de trabalho. As várias circunstâncias da vida, mais essas que se referem à falta de acesso à educação favorecem a formação de novos deslocados, sendo as ruas a única possibilidade de sobrevivência. É o que lhes cabe. É o que lhes resta.

Os sem-lugares, os deslocados, os nômades ressimbolizam os espaços vazios da malha urbana, trazendo à realidade da cidade a sua parte inadequada, esquecida, sem vida. O seu ponto de reflexão para o cidadão de bem que trabalha o dia todo e não entende aquele “bando de desocupados num lugar tão inóspito”. Quanta agressão ao cidadão, mas é preciso lembrar que

Todo mundo é de um lugar, e crê, a partir desse lugar, ter ligações, mas para que esse lugar e essas ligações assumam todo o seu significado, é preciso que sejam, realmente ou fantasiosamente, negados, superados, transgredidos. É uma marca do sentimento trágico da existência: nada se resolve numa superação sintética, tudo é vivido em tensão, na incompletude permanente”. (Maffesoli, 2001, p. 79).

Assim, a grandeza e o trágico do destino, juntamente com o mundano, formam a sociedade, a partir do instituinte – ordem afetiva que, ao se opor, complementa a realidade -, enquanto sentimentos submersos na racionalidade. São essas pessoas que se deslocam e ocupam os espaços inóspitos que fazem dos espaços urbanos “esquecidos” parte componente

da cidade. Os “invisíveis” dão visibilidade a lugares que se constituem por breves momentos e se perdem, em seguida, ao serem “abandonados” e esvaziados das vivências dos sem lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - UMA REFLEXÃO A MAIS...

Pensando esses moradores da cidade, ou, melhor dizendo, dos espaços urbanos que sobram, percebe-se a força do estar em um determinado lugar e fazer desse lugar sua moradia, a força do habitar, e o sentido de comunidade que se insere nesse ato de ocupar espaços vazios urbanos. Mesmo sendo desconhecidos, esses indivíduos se cotizam e distribuem entre si o que conseguem das suas atuações nos cruzamentos e faróis, nos congestionamentos e nas abordagens aos transeuntes, para pedirem auxílio. A necessidade faz a união desse grupo de pessoas que ocupam os espaços vazios da cidade, que os ressimbolizam por algum tempo e que transformam a forma da cidade, do comportamento dos cidadãos e mesmo a paisagem do local. O esquecimento é humanizado, mesmo que efemeramente, e, se considerarmos a pedagogia urbana, esses indivíduos, instrumentos de aprendizagem de convivência com as diferenças, com a miséria e com a invisibilidade humana, e, principalmente, o de ensinar que a cidade é de todos e para todos, e que os espaços urbanos são espaços a serem ocupados em suas funções. Os sem-lugares são actantes, “aquele que realiza ou sofre o ato” (Greimas; Courtés, 1979, p. 12), portanto, o que deriva de algo. Assim, os sem-lugares, na sua função de sujeito da ação, são aqueles que fazem uma sutura entre esses espaços, reificando-os e os integrando à paisagem urbana; mostrando-os à cidade, ao mesmo tempo em que se mostram, enquanto seres humanos e cidadãos, mesmo que invisíveis aos olhos do “cidadão de bem”.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Deslocados internos**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/> acesso: 09/07/2020; 15h56.
- AUGÉ, Marc – **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt – **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2003.
- CARERI, Francesco – **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
- DURAND, Gilbert. **Le Décor Mythique de la Chartreuse de Parme**: les structure figuratives du roman sthendalien. Paris: José Corti, 1990.
- DURAND, Gilbert – **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. Lisboa: editorial Presença, 1989.
- MAFFESOLI, Michel. **A conquista do Presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MAFFESOLI, Michel. **Sobre o Nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GREIMAS, A. J; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SECCHI, Bernardo. **La Città dei Ricchi e la Città dei Poveri**. Bari, Itália: Editori Laterza, 2013.

INFORMAÇÕES DOS(AS) AUTORAS(ES)

Antonio Soukef Júnior

Pós-doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Professor visitante do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas.

Email: asoukef@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7401-5916>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6377054797585722>

Helena Napoleon Degreas

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Email: hdegreas@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0929-2551>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5025696916035003>

Antonio Busnardo Filho

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

Professor titular do Centro Universitário de Várzea Grande, Mato Grosso.

Email: antbusnardo@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8454-1135>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2235013674233375>

Recebido em: 25/11/2020

Aceito em: 18/03/2021